

ANÍSIO TEIXEIRA E OS TREZE MINISTROS: A “ESTRATÉGIA DOCE” DE UM
“APOLÍTICO” (1951-1964)
Fernando **Gouvêa** – UFRRJ

1. Introdução

O presente trabalho tem como problemática a compreensão da atuação do intelectual e educador Anísio Teixeira¹ no âmbito do Estado Brasileiro no período de 1951 a 1964. Busca entender a permanência deste ator denominado e autodenominado “apolítico” no complexo contexto “político” da época que assistiu à passagem de treze ministros titulares na pasta de Educação e Cultura.

Além da permanência, Anísio foi acumulando cargos e incumbências que o colocaram num papel de destaque face às políticas públicas educacionais no período em tela. A saber, secretário-geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do nível Superior (CAPES, 1951); diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP, 1952) e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE, 1955). As três instituições eram responsáveis pela gestão de cerca de 80% do orçamento do Ministério da Educação e Cultura à época..

Antes de adentrarmos no desenvolvimento do problema proposto, cabe uma explicação sobre a utilização de alguns termos no título deste trabalho. Primeiramente, a idéia de “estratégia doce” tomada por empréstimo de Lovisolo (2000) que aborda as relações entre ciência e política, estabelecendo a existência de diferentes estratégias de legitimação da Ciência frente ao Campo Político.

Uma das estratégias foi denominada “estratégia doce” que implicaria em três renúncias por parte dos cientistas: a primeira seria a renúncia a disputar com filósofos e com teólogos a primazia dos conhecimentos sobre a essência das coisas; a segunda teria como centro a renúncia à política ou qualquer disputa com os políticos no que se refere à transformação ou manutenção da sociedade e, por fim, a terceira renúncia diz respeito ao papel da ciência como organizadora da sociedade. Segundo Lovisolo (ibidem), as renúncias são táticas colocadas à disposição para acionar uma estratégia de legitimação que é, também, uma política. Desta forma, a renúncia é uma tática de proteção. Penso que Anísio tenha utilizado com intensidade a segunda “renúncia”.

Quanto à utilização do termo “apolítico” deve-se a um trecho de Gilberto Freyre encontrado num artigo especialmente elaborado para o livro “Anísio Teixeira:

¹ 1900-1971.

pensamento e ação” publicado em 1960 numa coletânea de depoimentos em explícita defesa do papel de Anísio como homem público envolvido com as questões atinentes às políticas públicas educacionais sem o compromisso com qualquer colorido político. Cabe ressaltar que o próprio Anísio se denominou “apolítico”.

Assim, proponho pensar a possibilidade da construção de uma outra forma de politização do pensamento/ação educacional de um ator sujeito/coletivo no seio de uma rede complexa de tramas político-partidárias, especificamente nos anos 1950 e 1960 num modelo de Estado de orientação desenvolvimentista-nacionalista que buscou via o sistema duplo de coordenação (governo Vargas) e o sistema de administração paralela (governo Kubistchek) a criação de espaços fora da estreita e lenta burocracia estatal para a implementação de programas/projetos urgentes frente aos desafios impostos pelo processo de industrialização.

Certamente, um primeiro questionamento é necessário: por que Anísio Teixeira como líder nacional do campo educacional deste período?

Após a publicação do Manifesto de 1932, três atores se firmam como líderes do movimento de renovação educacional: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira (XAVIER, 1993). Porém, as alterações no contexto histórico-político que se apresentariam nos vinte anos subsequentes ao Manifesto seriam decisivas para o isolamento administrativo de Fernando de Azevedo a São Paulo e a manutenção de Lourenço Filho na cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade Nacional de Filosofia do Distrito Federal.

Considero que a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e o envolvimento com o jornal O Estado de São Paulo tenham contribuído para o citado isolamento de Fernando de Azevedo no que se refere às possibilidades de sua atuação na esfera federal de educação. A última atividade de Azevedo nesta esfera foi a Direção-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal no período de 1927 a 1930.

Ao contrário de Azevedo, Lourenço intensificou a sua participação no plano federal. Foi nomeado diretor do Instituto de Educação em 1932 e professor de Psicologia Educacional e Diretor da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal em 1935. Apesar das discordâncias em relação às diretrizes emanadas de Anísio, que ocupava a chefia da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, continuou prestigiado.

A onda de autoritarismo que invadiu o país a partir de 1935 ocasionou a saída de Anísio e diversos colaboradores da referida Diretoria. Lourenço continuou à frente do

Instituto de Educação até 1938 e tornou cada vez mais intensa a sua participação no plano federal já na vigência do Estado Novo.

O retorno de Teixeira ao Ministério da Educação em 1951 (exatamente o ano da saída de Lourenço) no segundo governo Vargas preenche a vaga de líder que não poderia ser ocupada pelos outros dois expoentes da educação. Portanto, penso que a competência e a “liderança “baiana” de Anísio Teixeira – confirmadas por Pinho (1960) - somadas às impossibilidades de outros atores já apontadas ensejaram as oportunidades para uma ascensão meteórica no âmbito do Ministério da Educação Cultural. Tal ascensão terá como base um ponto que penso não ter sido suficientemente explorado na literatura especializada: as afinidades regionais. Trabalhar este ponto é crucial para a compreensão da carreira de um intelectual e educador como Anísio Teixeira que acionou em vários momentos os companheiros “baianos” e por eles foi acionado.

2.. OS SETE ENCONTROS CAPITAIS DE ANÍSIO TEIXEIRA

Neste ponto, um esclarecimento é necessário: elaborar a construção do Anísio Homem pela desconstrução do Anísio Mito. A fim de descortinar o Homem senti a necessidade de refazer os seus percursos, os seus itinerários, os seus encontros. Eis, assim, os critérios que estabeleci para - num universo de milhares de encontros - estabelecer os sete encontros capitais de Anísio Teixeira, capitais para a permanência de Anísio durante treze anos no Ministério da Educação: primeiro, indivíduos que combateram ao lado de Anísio no período de 1951 a 1964 (período de sua permanência contínua no plano federal); segundo, companheiros que nos momentos extremados permaneceram fiéis ao projeto que os unia – muitas vezes com discordâncias - e, terceiro, elementos que vindos de áreas distantes das questões educacionais empenharam esforços nesta seara.

Envolvido há mais de uma década nos estudos de instituições dirigidas por Anísio Teixeira, a questão referente ao acúmulo de cargos/funções em diferentes órgãos merece destaque. Acúmulo que se manifestou candente nos anos 1950 e 1960. Nesta questão o ano de 1955 é paradigmático: Teixeira estava à frente da CAPES (desde 1951), do INEP (desde 1952), passou em 1955, também, a ser diretor do CBPE, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e membro efetivo do Conselho Curador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – uma centralização excessiva de poder.

Os diretores executivos “baianos” Almir de Castro na CAPES, Jayme Abreu no INEP e Péricles Madureira de Pinho no CBPE. apresentam relação direta com aquilo que na primeira parte deste estudo nomeio como afinidades regionais. Evoco a questão do regional consoante Freyre ao entender que se trata de “[...] um regionalismo que não se opõe mas, ao contrário, concorre para aquela unidade não só nacional como humana que se concilia com a diversidade das culturas” (1957, p. 3).

O segundo grupo que denominei como a irmandade apolítica (poderia utilizar também a irmandade sem coloração política) nasceu da articulação de duas ideias que se mostraram constantes na fase de leituras para este estudo. A palavra “irmandade” – no caráter estrito dos intelectuais que conheciam a América do Norte - foi utilizada por Monteiro Lobato em 1929 numa carta endereçada a Fernando de Azevedo em função do seu encontro com Anísio. O termo “irmandade” corresponde, portanto, a uma senha para os “iniciados” nas “coisas” da América.

Assim, temos um Anísio “lapidado” pela América e batizado de “apolítico” no Brasil. Um “apolítico” que tinha um seleto grupo político partidário de matizes diferentes e que foi acionado em diversos instantes. Neste terceiro grupo coloquei em destaque a figura de Hermes Lima. A escolha recaiu em Hermes Lima por um ponto que me parece central: a amizade com Darcy Ribeiro que em momentos decisivos de sobrevivência dos projetos anisianos nos anos 1950 e 1960 se fez presente em alianças e estratégias para enfrentamentos de caráter político-partidário. Deste modo, a opção por Lima apresenta relação direta com a base de sustentação política que teve Anísio Teixeira para a implementação de diversos projetos institucionais.

Ao quarto e último grupo denominei como “o jovem combatente” e, assim como o terceiro grupo, defini um só elemento a ser colocado em evidência: Darcy Ribeiro. Este grupo contempla a chegada de “novas tropas” para a guerra... novos combatentes para o front. Combatentes que provinham da Antropologia e da Sociologia e se engajaram de variadas formas no projeto anisiano-cebepiano.

Jayme Abreu² e Anísio Teixeira estreitaram relação a partir da nomeação de Abreu para um cargo técnico na Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 1942 haja vista que cinco anos depois, Otávio Mangabeira governador eleito em 1946 convidou Anísio para Secretário de Educação e Saúde e este de imediato requisitou Jayme Abreu para o seu gabinete no cargo de assessor ou, conforme a teia que estou tentando construir, executivo.

² Baiano de Salvador. Nasceu em 1909. Médico formado em 1930.. Faleceu no Rio de Janeiro em 1973.

A relação entre os dois foi se adensando e Anísio em 1949 nomeou Abreu para a Superintendência do Ensino Médio. A ida de Anísio para o Distrito Federal para dirigir a CAPES em 1951 afastou por pouco tempo os dois baianos pois em 1953 - já na direção do INEP - Teixeira convidou Abreu para Diretor Executivo da Campanha de Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Ao se edificar o CBPE, foi convidado por Teixeira para ser responsável pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, cargo que exerceu até 1973.

Péricles Madureira de Pinho³ conheceu Anísio através do seu pai – Bernardino Madureira de Pinho – que foi Secretário de Polícia e Segurança Pública do governador da Bahia Góis Calmon ao qual também serviu Anísio no período de 1924 a 1928. Pinho participou ativamente dos momentos anteriores à criação do CBPE. Teve um papel decisivo na criação do Centro de Documentação Pedagógica (PINHO, 1960a).

Almir de Castro⁴ em 1938 foi designado Delegado Federal de Saúde ficando neste posto até 1940. Em 1942, foi nomeado chefe da seção de Administração Sanitária da Divisão de Organização Sanitária para, em seguida, ser convidado a dirigir o recém-criado Serviço Nacional de Peste do Ministério da Educação e Saúde. Quando houve o desmembramento do referido Ministério, Almir fez a opção pelo Ministério da Educação e Cultura e em 1954 foi nomeado Diretor-Executivo da CAPES por Anísio Teixeira. (FONSECA, 2000).

Azevedo⁵ e Anísio se conheceram em 1929 por intermédio da referida carta de Lobato. O encontro selou o aumento de membros da irmandade apolítica e a entrada de Anísio na seara dos educadores oriundos de São Paulo. Um campo, até então, estranho para Teixeira que mais à frente serviu como sustentação do educador baiano na sua primeira passagem pela prefeitura do Distrito Federal (1931 a 1935) e, posteriormente, a base do projeto cebepliano pelo tanto de intelectuais das áreas de sociologia e antropologia requisitados para a instalação e consolidação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo em 1956, tendo como primeiro diretor Fernando de Azevedo.

O encontro dos dois “apolíticos”, Gilberto Freyre⁶ e Teixeira, se deu na condição de assistentes de gabinete de dois “políticos”: Francisco Góis Calmon e

³ Baiano de Salvador. Nasceu em 1908. Bacharel em Direito em 1931 Faleceu no Rio de Janeiro em 1978.

⁴ Baiano de Salvador. Nasceu em 1910. Médico formado em 1931. Faleceu no Rio de Janeiro.

⁵ Mineiro de São Gonçalo de Sapucaí. Nasceu em 1894. Bacharel em Direito. Faleceu em São Paulo em 1974.

⁶ Pernambucano de Recife. Nasceu em 1900. Bacharel em Ciências e Letras em 1917. Bacharel em Artes em 1920. Mestre em Ciências Sociais em 1922. Faleceu em Recife em 1987.

Estácio de Albuquerque Coimbra, respectivamente governadores da Bahia e de Pernambuco no período de 1924 a 1928. É o encontro de dois jovens que, segundo Freyre (1960), os dois governadores desejavam ter como discípulos na arte da política. Este encontro selaria uma amizade que teria como consequência parcerias para o campo das Ciências Sociais. Utilizo a expressão “Ciências Sociais” no lugar de educação por entender que tais parcerias foram muito amplas, inclusive no processo de criação de instituições de caráter acadêmico como a Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1949 e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife em 1957. O auto-denominado apolítico Gilberto Freyre foi eleito deputado federal por Pernambuco para a Assembleia Constituinte de 1946.

O próprio Hermes Lima ⁷dá o tom do seu encontro com Anísio Teixeira em 1916: “Nesse ano de 1916, chegara do sertão uma turma de oito ou dez rapazes (...) Do grupo, destacavam-se os Teixeiras: Anísio, Jayme e Nelson, todos ótimos estudantes. Mas a auréola de Anísio era já excepcional” (LIMA, 1974, p. 14). Inicia-se neste momento uma parceria decisiva para o ingresso de Anísio no campo educacional porque mais forte do que a “providência divina” que alguns escritos atribuem ao convite feito pelo governador Góis Calmon a Anísio foi a indicação feita por Hermes Lima pois “preocupava-o muito (o governador) o problema da instrução e na procura de alguém para chefiar o respectivo Departamento, lembrei-lhe o nome de Anísio. Êle ouviu, fez perguntas, ponderou e expediu o convite” (idem, 1960, p. 132). Neste ano de 1924, Lima era deputado estadual no partido criado por Calmon e no ano seguinte seria o secretário e oficial de gabinete do governador.

A maré repressora de 1935 o encontraria ligado à Aliança Libertadora Nacional – uma frente política que abrigou os intelectuais liberais e socialistas como contraponto ao integralismo - o que ocasionou a sua a sua demissão da cátedra de Direito da UDF e a sua prisão por um ano. Da prisão sairia para novamente tentar o jornalismo, porém o Estado Novo obriga-o ao retorno à Bahia de onde voltaria em 1946 para a Câmara Federal; para Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 1961-1962; Ministro do Trabalho em 1962; Ministro de Relações Exteriores no período de 1962-1963, Primeiro Ministro de 1962 a 1963 e, por fim, Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1963 a 1969 quando foi atingido pelo Ato Institucional nº 5. Em relação aos

⁷ Baiano de Livramento do Brumado. Nasceu em 1902. Bacharel em Direito em 1924. Faleceu no Rio de Janeiro em 1978.

quadros partidários pertenceu à chamada Esquerda Democrática dentro da UDN, ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido Trabalhista Brasileiro.

A jovialidade de Darcy Ribeiro⁸ aliada à determinação em fazer triunfar as suas ideias – mesmo que muitas vezes de forma um tanto apressada – fizeram dele um parceiro ideal para Anísio Teixeira. A junção do antropólogo e do educador possibilitou a concretização de inúmeros projetos nos anos 1950 e 1960. Uma parceria que em diferentes instantes conseguiu devolver a Anísio o ânimo para continuar na batalha e abriu janelas para a compreensão mais apurada das possíveis contribuições antropológicas e sociológicas ao campo educacional numa cartografia de pesquisa que assentaria o seu direcionamento para a construção de mapas superpostos que dariam subsídios para o entendimento da escola e o seu entorno, da educação em um determinado contexto histórico, político, econômico e social. O convite para dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE veio por intermédio de uma recomendação de Charles Wagley que participou da elaboração do plano de pesquisa do CBPE (XAVIER, 1999).

Darcy utilizou os contatos políticos e as afinidades regionais para a sustentação de todo o processo de elaboração, construção e funcionamento da Universidade de Brasília. Findo o governo JK e ainda não consumada a construção da universidade, Darcy é apresentado a Jânio Quadros por Anísio Teixeira a quem Jânio confiara a elaboração do plano de educação do seu governo. Mais tarde, aproveitou com sucesso o momento da renúncia do presidente para colocar na pauta de votações do Congresso a aprovação do projeto de criação da Universidade de Brasília. No governo Goulart, Darcy foi Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil. Como registrado, a parceria entre Anísio e Darcy foi uma comunhão de esforços em busca da legitimação de projetos com o lançamento de estratégias políticas e de uma dose de afinidades regionais exploradas pelos dois atores. Um encontro capital que teria na capital do Brasil o seu último encontro.

Nos sete encontros capitais busco apontar algumas pistas para pensar permanências, para pensar ausências e para pensar dissensões. Cabe afirmar que se trabalho com os encontros é porque houve o inverso, se trabalho com a possibilidade destes encontros solidificarem redes é porque houve outras redes opostas em funcionamento com plena legitimidade.

⁸ Mineiro de Montes Claros. Nasceu em 1922. Graduado em Sociologia e Política em 1946. Faleceu no Distrito Federal em 1997.

3. OS TREZE MINISTROS (1951-1964)

É preciso iniciar este ponto do estudo com um breve mapeamento do local de nascimento de cada Ministro sem esquecer que o mesmo nem sempre corresponde ao local de atuação profissional e política. Como exemplos, cito a cota de ministros de Minas Gerais: cinco, porém dois deles (Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso Santos) construíram suas carreiras fora do seu estado de origem. Darcy em São Paulo e no Distrito Federal e Tarso em São Paulo. Enfim, dos treze ocupantes da pasta cinco são oriundos de Minas Gerais, quatro da Bahia, dois de São Paulo, um de Pernambuco e um do Rio de Janeiro.

Se considerada a observação do diferencial entre local de nascimento e solidificação da carreira, a seguinte configuração passaria a orientar a análise: quatro da Bahia, três de Minas Gerais, três de São Paulo, dois do Distrito Federal e um do Rio de Janeiro. Esta é a formação sobre a qual assento minhas considerações pois a entendo como a mais próxima da abordagem necessária para este ponto do trabalho. Uma abordagem que procura a tessitura da rede entre a intelectualidade, os educadores e a instância político-partidária. Pesaram nesta tomada de posição os arranjos realizados, a rede de ajuda estabelecida e, naturalmente, as intervenções dos contatos capitais de Anísio Teixeira como maneiras de entender a sua estada no Ministério da Educação. É um movimento que considera também a capacidade intelectual de Anísio e seus colaboradores e suas credenciais obtidas em gestões públicas anteriores a este momento.

O primeiro ponto de abordagem se refere à presença de quatro baianos no ministério, quase a terça parte do número pleno e perfazendo um total de quatro anos e seis meses de permanência na pasta de Educação e Cultura. Mas, o que expressam tais dados? A força de análise está menos no quantitativo destes dados e mais numa sequência de ministros baianos que reputo se não capital ao menos explicativa da possibilidade de continuação de Anísio em seu posto e no alargamento de suas funções para outras instituições.

O Ministro Ernesto Simões Filho permaneceu mais de dois anos à frente da pasta e neste período conduziu Anísio ao cargo de Secretário-Geral da CAPES em 1951 e o nomeou diretor do INEP em 1952., tendo ainda em sua gestão iniciado as primeiras discussões sobre a instalação do “Centro de Altos Estudos Educacionais” que deu origem ao CBPE. Portanto, na gestão Simões Filho, Anísio solidificou a sua posição no

campo da pós-graduação (CAPES) e começou os seus investimentos no ensino fundamental e médio, ampliando os horizontes de ação através do INEP.

A sucessão de Simões Filho trouxe para o ministério um aliado na política baiana: Antônio Balbino de Carvalho Filho. A gestão deste se prolongou por um ano e foi marcada pela continuidade dos projetos e da equipe do seu antecessor. Uma continuidade que possibilitou pela Portaria nº 32 de 11 de novembro de 1953 a criação do Centro de Documentação Pedagógica (CDP) que, mais tarde, se transformaria no CBPE.

A saída de Balbino para disputar o cargo de governador da Bahia ocasionou a vinda do conterrâneo Edgar Rego Santos para ocupar o posto por apenas dois meses numa gestão marcada pela complexidade do quadro político que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Mesmo assim, continuaram durante a sua gestão as intensas movimentações no plano nacional e no internacional – via UNESCO – para a criação do CBPE. A parceria com a UNESCO legitimou o projeto cebepiano como nacional em face das demandas brasileiras e como internacional frente à propalada necessidade de planejamento e pesquisa no campo educacional consignadas pelas diversas conferências internacionais e acordos dos quais o Brasil era participante e signatário.

Após a gestão de Edgar Rego Santos, ocorreu uma inflexão em diversos campos de atividades e instituições. O período costeado pelo suicídio de Vargas até a posse de JK foi repleto de incertezas. Ao Ministério da Educação chega o paulista Cândido Mota Filho a quem os estudos encetados não confirmaram qualquer possibilidade direta ou indireta de aproximação com Anísio Teixeira. Neste ponto, fico com a hipótese de que a sequência de ministros baianos seja a chave de compreensão da continuidade da equipe de trabalho chefiada por Teixeira. O tanto de realizações deste ator antes de chegada a metade da década de 1950 e as atribuições e o conhecimento construído sobre o funcionamento de diferentes órgãos dentro do Ministério no período dos baianos conferiu a Anísio os atributos essenciais a qualquer assessor, ainda mais no que se refere ao Ministério da Educação e Cultura.

A onda mineira chegou às portas do Ministério da Educação com a eleição presidencial de Juscelino Kubitschek. Abgar Renault, Clóvis Salgado e Pedro Paulo Penido comandariam por cinco anos o executivo federal educacional, permanecendo em destaque os longos quatro anos e onze meses sob a liderança de Clóvis Salgado entremeados por uma curta gestão de Renault e Penido. Assim, a análise da onda mineira

como um bloco representa um período de tranquilidade para Anísio haja vista suas ligações anteriores com Renault como assistente técnico de educação na prefeitura do Distrito Federal em 1935, o mesmo é impossível asseverar em relação a Clóvis Salgado.

Nesta gestão, parte da Igreja Católica em 1958 solicitou a Kubitschek a demissão de Anísio do INEP e, segundo Darcy Ribeiro (1986), tanto o Presidente quanto o Ministro cederam e Anísio recebeu a ordem de demissão do cargo. Aqui, localizo um aspecto que merece um acréscimo: as pressões exercidas e o retorno de Anísio ao INEP. A carta-resposta redigida por Darcy Ribeiro, Almir de Castro e Fernando Tude de Souza – utilizando o nome de Anísio – sem dúvida exerceu impacto na opinião pública e suscitou a elaboração de dezenas de manifestos solicitando a reintegração de Teixeira.

Uma questão, porém, parece ter escapado à análise deste momento. Refiro-me à participação de cientistas e intelectuais nos movimentos de pressão, porém numa perspectiva diferenciada do que até então se deixa entrever. Defendo que houve uma articulação que ultrapassou os muros dos departamentos acadêmicos de determinadas universidades e que teve como liderança a associação que congregava os cientistas e intelectuais e que tinha uma relativa influência no projeto de Juscelino de industrialização e desenvolvimento do Brasil: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A SBPC foi criada em 1948 e teve na figura de Anísio Teixeira seu presidente no período de 1955 a 1959. Anísio, contudo, já frequentava as reuniões anuais da instituição desde 1952 (SILVA, *Ciência e Cultura*, vol. 10, nº 4, 1958). Portanto, Anísio no momento da crise de 1958 se encontrava no cargo de Presidente da SBPC tendo como vice Maurício Rocha e Silva (um dos fundadores da entidade) e isto permite afirmar que a mobilização de intelectuais e cientistas teve como ponta de lança a SBPC.

Anísio voltou fortalecido pela crise e teve apoio necessário para deslanchar de maneira acelerada os seus contatos e participações internacionais representando o governo brasileiro. A série de ministros que se apresentou após a onda mineira reforça a posição deste ator: na gestão Brígido Tinoco onde o apoio explícito do presidente Jânio Quadros que confiara a Anísio a elaboração do seu plano educacional.

A administração de Antônio de Oliveira Brito significou o retorno de um conterrâneo baiano ao Ministério; Roberto Lira foi nomeado pelo gabinete parlamentarista Brochado da Rocha com influência do Ministro do Trabalho, Hermes Lima; Darcy Ribeiro teve sempre em Anísio um mestre. Teotônio de Barros Filho teve

uma gestão de curta duração e, finalmente, Paulo de Tarso que comungava a respeito de educação popular com Anísio e que tinha positiva relação com Darcy Ribeiro e Hermes Lima por seu apoio ao governo Goulart e às reformas de base.

Antes de proceder às considerações finais, transcrevo dois trechos de correspondências de períodos distintos e assuntos diversos: a primeira é uma carta de 26 de junho de 1959 de Anísio Teixeira para Fernando de Azevedo numa nítida articulação política em relação à divulgação do manifesto “Mais uma vez convocados”. Eis o trecho:

Meu querido Fernando, aqui estamos com o manifesto, que realmente, é documento alto e, acredito, vai concorrer para pôr a questão em seus devidos termos. O debate já está na comissão, definindo-se as linhas de influência pelo Carlos Lacerda e Santiago Dantas. Por isto mesmo, o manifesto não será lido na Câmara pelo Santiago, já, de certo modo, protagonista do drama, mas pelo Luís Viana que mais distante, dará ao documento o sentido de proclamação da consciência educacional do país, destinado a agir sobre o corpo deliberativo, polarizado entre as duas figuras da UDN e do P.T.B. [...] Quanto à publicação penso que o manifesto só deverá vir a lume, depois de lido na Câmara. Seria esta uma homenagem dos autores à consciência do Legislativo Nacional. Acredito que V. concorde. Nesse caso, o manifesto será lido na 3ª ou 4ª feira e publicado na 4ª ou 5ª. Somente 2ª feira, poderei comunicar-lhe quando será feita a leitura, pois há *démarches* a fazer, na Câmara, para se conseguir a prioridade [...] (Cp. – Cx. 32A,95) (ver VIDAL, 2000).

A outra correspondência vem de Péricles Madureira de Pinho para Anísio Teixeira e está com a data de junho de 1960 – ano de eleição presidencial.

Meu caro Anísio: Tenho remetido alguns recortes a Você e sabemos que vai bem, cumprindo o programa traçado. Depois de sua partida o Coronel Alencar, do grupo que assessora o Marechal Lott, procurou contactos com Você e, ciente de sua ausência, solicitou o Darcy para um encontro com o candidato. Entendeu o Darcy que deveria eu acompanhá-lo, para tirar qualquer carácter pessoal ao encontro e colocá-lo como representação sua. Tivemos, assim, na quarta-feira, dia 15, hora e meia de conversa com o Marechal, no apartamento em que

reside em Copacabana. Nos apresentamos na qualidade de seus colaboradores e para ouvir as instruções necessárias ao preparo de documentos sobre problemas educacionais. O homem é exatamente o que imaginávamos. Seco, impessoal, objetivo, cheio de idéias, muito elementares mas muito firmes. Quase só êle falou e o Darcy foi muito feliz nas intervenções ao desenvolver as próprias idéias que ele nos transmitia. Está muito firme na defesa da escola pública. Acha que o regime de bolsas para os estabelecimentos particulares deve ser condicionado a fiscalização muito severa. Recordou os bons tempos em que foi aluno de escola pública e quer restaurar aquele ambiente, hoje nela tão diverso [...] (ATc 49.00.00).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devo esclarecer que o objetivo deste estudo é, mesmo na contramão do que Anísio Teixeira e outros atores procuraram erigir como sua memória: a imagem de um educador apolítico ou despolitizado, exatamente o contrário, ou seja, a atuação política, a articulação político-partidária e a educação como política de um Estado democrático que em nada compromete ou denigre a obra de Anísio. Entendo que seja uma possível resposta a tantos quantos identificam o projeto anisiano como “neutro” ou despolitizado.

Acompanho o entendimento de Velho (1997, p. 33-34) pois na medida em que um projeto social represente algum grupo de interesse, terá uma dimensão política, embora não se esgote a esse nível pois a sua viabilidade política propriamente dependerá de sua eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos individuais. Portanto, “[...]. Os projetos constituem, portanto, uma dimensão da cultura, na medida em que sempre são expressão simbólica. Sendo conscientes e potencialmente públicos, estão diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social. Assim, implicando relações de poder são sempre políticos”

Desta forma, houve uma politização em outros termos: a politização através de uma estratégia doce que na batalha utilizou de maneira direta e pública os quadros técnicos do MEC e de forma indireta os quadros político-partidários acionados em postura de resguardo ou de silêncio. Ambos os quadros numa ação articulada buscaram

- numa perspectiva alinhavada pelos sete encontros capitais – a legitimação do projeto anisiano no período de 1951 a 1964. Período de treze anos. Período de treze ministros no comando da educação pública brasileira no âmbito federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVO FERNANDO DE AZEVEDO. Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. São Paulo: IEB/USP, cd-rom, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.. **Portaria nº 32, de 11 de novembro de 1953.** Dispõe sobre a organização do Centro de Documentação Pedagógica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

CASTRO, Almir Godofredo Rangel e. **Entrevista concedida ao projeto História da Ciência no Brasil.** Rio de Janeiro: FINEP/CPDOC, 1977.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 5, nº 2, Rio de Janeiro, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Arquivo Anísio Teixeira.** Carta de Péricles Madureira de Pinho a Anísio Teixeira. ATc 49.00.00, junho, 1960.

FREYRE, Gilberto. Anísio Teixeira: um depoimento. In: LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 118-125, 1960.

FREYRE, Gilberto. Discurso de posse como Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. **Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, nº 5, dezembro, 1957.

LIMA, Hermes. **Travessia: memórias.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.

LOVISOLO, Hugo. **Vizinhos distantes: universidade e ciência na Argentina e no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

PINHO, Péricles Madureira de. **São assim os baianos.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

PINHO, Péricles Madureira de. Anísio Teixeira, episódios de sua vida e de sua luta. In: LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 167-190, 1960 a.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SILVA, Maurício Rocha e. Dez anos pelo progresso da ciência. **Ciência e cultura**, vol. 10, nº 4, 1958.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1999.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1993.

